

--- 簡要裁判 (按照經第 9/2013 號法律修改的<<刑事訴訟法典>>第 407 條第 6 款規定) -----
--- 日期：30/11/2022 -----
--- 裁判書製作法官：蔡武彬法官 -----

上訴案第 750/2022 號

上訴人：A (A)

澳門特別行政區中級法院裁判書製作人

簡要裁判

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院指控嫌犯 A 為直接正犯及既遂方式觸犯：

- 《刑法典》第 147 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的一項恐嚇罪；
- 《刑法典》第 178 條結合第 175 條第 1 款及第 129 條第 2 款 h 項所規定及處罰的兩項加重侮辱罪，

並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR3-22-0027-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

- 嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯了《刑法典》第 147 條第 2 款結合第 1 款所規定及處罰的一項恐嚇罪，判處 9 個月徒刑；
- 嫌犯以直接正犯及既遂方式觸犯了第 178 條結合第 175 條第 1 款及第 129 條第 2 款 h 所規定及處罰的兩項加重侮辱罪，分別判處兩個月徒刑及三個月徒刑；

- 三罪並罰，合共判處一年實際徒刑的單一刑罰。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起了上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O Recorrente foi condenado pelo Acórdão Recorrido, pela prática, em autoria directa, na forma consumada, de um crime de Ameaça, p. e p. pelo artigo 147º, nº s 1 e 2, do Código Penal (adiante “CP”), na pena de 9 meses de prisão, e de dois crimes de Injúria, p. e p. pelo artigo 175º, nº 1, conjugado com os artigos 178º e 129º, nº 2, alínea h), todos do CP, nas penas de 2 e 3 meses de prisão, respectivamente, e, assim, numa pena única de 1 ano de prisão efectiva por cúmulo jurídico das três penas parcelares.
2. O Recorrente não se conforma com o Acórdão Recorrido por, em primeiro lugar, entender que o mesmo proveio de erro notório na apreciação da prova, nos termos do artigo 400º, nº 2, alínea c), do CPP, no que respeita a um dos crimes de Injúrias por que foi condenado e, bem assim, por entender que, determinada a pena única aplicada, devia o douto Tribunal a quo ter procedido à respectiva suspensão, nos termos do artigo 48º, do CP, o que não fez, pelo que o presente recurso assenta também no artigo 400º, nº 1, do CPP.
3. Se o Tribunal a quo fundou a sua convicção quanto à prática, pelo Recorrente, do crime de Injúria contra o OfendidoBnas (i) declarações do arguido, (ii) depoimentos das testemunhas e, bem assim, (iii) na prova documental constante dos autos, o certo é que, em sede de audiência, o Recorrente confessou as palavras que dirigiu ao OfendidoC - com quem tinha má relação fruto de altercação anteriormente existente entre ambos - e referiu que não as dirigiu ao OfendidoB, relativamente a quem não tinha qualquer motivo para dirigir injúrias, o qual só apareceu no local onde aquele dirigindo injúrias ao OfendidoC.
4. Depois, resultou do depoimento do próprio OfendidoBem sede de audiência de julgamento, que, quando o Recorrente proferiu as palavras em crise, estabelecia contacto visual com este e, bem assim, com o ofendidoC, que se encontrava atrás deste.
5. Sucede que tal não era naturalmente possível por se situando a janela da porta da cela disciplinar na parte inferior da porta, ao nível da parte inferior das pernas e encontrando-se o Recorrente no interior da cela e o referido ofendido em pé e do outro lado da porta, quer dizer, era pelo menos muito duvidoso que o OfendidoBpudesse estar certo quando disse que o Recorrente o olhava directamente.
6. Para que assim fosse, isto sé, para que se pudesse atestar o Recorrente estabelecer contacto visual directo com o ofendido, este teria que estar ajoelhado e ao mesmo plano do Recorrente, o que não sucedeu.
7. Atendendo ao ângulo visula que um indivíduo que esteja em pé e do outro lado da porta pode ter, era naturalmente impossível determinar-se para onde olhava o ora Recorrente naquele momento.
8. Acresce que, decorreu dos mencionados depoimentos que o OfendidoBse encontrava posicionado à frente do OfendioC - o qual o Recorrente, de facto, ofendeu -, pelo que seria em qualquer circunstância normal que parecesse que se diriga ao OfendidoB, que estava na mesma direcção daquele.

-
9. A testemunha D, que era a testemunha mais objectivo e desinteressada na causa, e que se encontrava sentado a poucos metros da cela disciplinar onde se encontrava o Recorrente, depôs que nunca ouviu o Recorrente referir o nome do Ofendido B nem tinha certeza se o Recorrente também dirigiu-se injúrias ao Ofendido B.
10. Nada foi demonstrado nos autos que suporte a convicção do Tribunal a quo que o Recorrente dirigiu ao Ofendido B as palavras aqui em causa, antes resultando elementos dos quais – tivessem sido convenientemente apreciados –, resultariam dúvidas mais do que suficientes para a sua absolvição à luz do princípio in dubio pro reo consagrado no artigo 29º da Lei Básica, norma que, assim, violou, deve concluir-se pela verificação de erro notório na apreciação da prova pelo Acórdão Recorrido, e, assim, que o Recorrente não injuriou o Ofendido B, ou, pelo menos, que subsistem dúvidas razoáveis a favor do Recorrente e suficientes à sua absolvição.
11. É referido no Acórdão Recorrido que “ 根據《刑法典》第 48 條的規定，經考慮嫌犯的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪的情節，雖然嫌犯並非初犯，但本案情節具一定嚴重性，且嫌犯罪過程度高，在服刑甚至因犯獄規被紀律收押的情況下為之，因此，本法院認為在本案中僅對事實作譴責並以監禁作威嚇明顯不可適當及足以實現處罰的目的，所以，決定實際執行上述被判處的徒刑。”。
12. O pressuposto material da suspensão da execução da pena é orientado por duas coordenadas: (i) a salvaguarda das exigências mínimas essenciais de defesa do ordenamento jurídico (prevenção geral) e (ii) o afastamento do agente da criminalidade (prevenção especial).
13. A lei dá preferência à pena não privativa da liberdade, sendo entendimento jurisprudencial uniforme considerar-se que o Tribunal, ao decidir pela aplicação de uma pena de prisão não superior a 3 anos, não só deve fundamentar especificamente a pena concretamente aplicada como a denegação da suspensão da execução da pena.
14. A circunstância de os crimes serem praticados durante o internamento em cela disciplinar, per se, não constitui circunstância determinante da denegação da suspensão da execução da pena.
15. Embora o Recorrente tenha antecedentes criminais, são todos relacionados com a prática de crimes contra o património, nunca havido cometido crimes da natureza destes por que veio condenado, tendo em sede de audiência de julgamento confessado os crimes que efectivamente cometeu, desculpando-se e mostrando arrependimento pelos mesmos.
16. Razões pelas quais se entende, dever a pena de prisão aplicada ao ora Recorrente suspensa na sua execução, nos termos do disposto no artigo 48º do CP.

Termos em que se requer a V. Exas. o seguinte:

- a) Deverá ser dado provimento ao presente recurso e, em consequência, absolver o Recorrente no crime de Injúria contra o Ofendido B, e consequentemente, por cúmulo jurídico das 2 penas parcelares, condenar numa outra única pena, com a suspensão da sua execução.

Subsidiariamente,

- b) caso assim não se entenda, pelo menos, aplicar-se ao Recorrente a suspensão da execução da única pena originalmente aplicada, ao abrigo do disposto no artigo 48º, nº 1, do CP.

檢察院就上訴人所提出的上訴作出答覆：

- 上訴人和原審法院裁決間，其分別地方在於上訴人在犯罪事實上只是提出質疑和主觀認定本人陳述才是正確。原審法院則對事實作出了認定。
- 原審法院對事實作出認定，是綜合一切證據作出有依據的裁決，並非如上訴人所言沒有考慮嫌犯及證人 D 的陳述。
- 3. 庭審聽證中，除嫌犯陳述中，兩名被害人和其他證人均有出席庭審並對事實作出詳述陳述。
- 4. 對本案而言，就犯罪事實的認定，首先是確認了嫌犯不斷拍打及用腳踢路環監獄倉室之倉門，繼而被害警員 C 前往了解，期間嫌犯對這名被害人多次說侮辱說話。
- 5. 隨後原審法院亦確認了接聽到場支援的被害人獄警隊長 B，同樣被嫌犯以說話作出侮辱，兩名被害人警告嫌犯停止作出辱罵，但不獲理會。
- 6. 通過庭審聽證，一切事實重新現法院跟前，而最後就是法院的判斷，判斷基礎之一，是透過自由心證和經驗法則作出裁判。
- 7. 法院對犯罪行為人作出犯罪事實認定，是通過嚴謹和審查證據而作出的。在本案，原審法院對上訴人作出犯罪事實認定，正是根據包括嫌犯、被害人和證人證言，透過自由心證和經驗法則所形成。
- 8. 上訴人的理據，僅是重覆不斷地提出質疑，並強調嫌犯所言才是事實，上訴人僅在質疑原審法院的自由心證，這是法律所不容許。
- 9. 此外，從原審法院判決中，我們看不到形成有罪裁判的證據演繹中，有何法律違反和違背事實的裁決，故沒有違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定。
- 10. 上訴人為並非初犯，有刑事記錄，庭審聽證只承認部分事實。
- 11. 我們知道，現代刑罰制度已改過去報服刑主義而主張以訓育和

矯治為主，透過監獄制度來訓勉服刑人反思過去和開創未來新生活，以便重新納入社會。

12. 在本案，上訴人不但未有透過服刑期間監獄給予的機會矯治本人偏差行為，反在服刑期間再三違反獄中規定，並且以惡言向監獄管理者施以恐嚇和辱罵，庭審聽證中只承認部分事實；上訴人庭審中的拒絕承認犯罪事實態度，無法令人相信上訴人日後不會重複犯罪。
13. 上訴人在他案中因多項加重盜竊罪被判處 3 年 9 個月實際徒刑，判刑目的是期望透過監獄矯治上訴人的偏差行為，糾正其反社會行為以便讓上訴人得以獲得重新之生活。上訴人卻以故意方式再次作出犯罪事實。
14. 針對執法人員的侮辱和恐嚇屬性質嚴重犯罪、行為惡劣之表現，同時反映嫌犯未能在服刑中改善其反社會行為。
15. 本案例中上訴人被判處 1 年實際徒刑，並不超逾 3 年，這只是法律規定給予緩刑的形式要件。
16. 除了考慮上訴人過往的行為紀錄外，還必須考慮上訴人犯罪的情節及其嚴重性等因素。
17. 在一般預防方面，上訴人在服刑中針對監獄管理人實施的犯罪毫無疑問是嚴重的，上訴人的行為侵犯了個人法益，對監獄管理人員造成心理、精神壓力和妨礙執行獄政，必須嚴懲不貸，以阻遏同類犯罪。
18. 在特別預防方面，上訴人服刑間再次犯罪，無法顯示上訴人能從這次事件中吸取教訓，亦未能顯示出上訴人不會再犯類似的犯罪。
19. 顯而易見，實難認定僅對事實作譴責並以徒刑人作威嚇得適當及足以實現處罰目的之結論，因此，上訴人不應獲徒刑之暫緩執行。
20. 本院認為，上訴人理據不成立，應予駁回。

駐本院助理檢察長提出法律意見書，認為應裁定上訴人 A 所提出的上訴理由全部不能成立，應予以駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，裁判書製作人在初端批示中認為上訴理由明顯不成立，故運用《刑事訴訟法典》第 407 條第 6 款 b 項規定的權能，對上訴作出簡要的審理和裁判。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 案發時，嫌犯 A 為路環監獄 6 座 5 樓...倉室之囚犯。
2. 2021 年 10 月 19 日上午 11 時 18 分，嫌犯不斷拍打及用腳踢路環監獄 6 座 5 樓...倉室之倉門，於是被害獄警 C 前往了解情況及作出制止。
3. 當時，被害獄警 C 拉開閘門上的窗口詢問嫌犯因何事拍打倉門，嫌犯突然向被害獄警 C 以廣東話說出：「屌你老母！」及以普通話說出：「操你媽的 B！」，隨即被害獄警 C 警告嫌犯，並要求停止作出辱罵，但嫌犯仍繼續拍打倉門，更向被害獄警 C 說出：「C 死全家！」及「你搞我，我就弄死你！」。
4. 同日 11 時 20 分，被害獄警隊長 B 到場支援。當時，嫌犯情緒激動，向被害獄警隊長 B 表示被害獄警 C 沒有提供囚犯信箋及要求打開倉門上用作送餐的窗口以便通風，但因嫌犯正被科處收押紀律囚室，故遭到被害獄警隊長 B 拒絕，於是嫌犯便向被害獄警隊長 B 以普通話說出：「操你媽的 B！」，當時被害獄警隊長 B 及被害獄警 C 警告嫌犯停止作出辱罵，但嫌犯仍沒有理會，繼續以粗言穢語辱罵兩名被害獄警，以及拍打及用腳踢倉門。
5. 被害獄警 C 聽到嫌犯的上述說話後感到十分害怕。
6. 嫌犯是在自由、自願及有意識的情況下故意作出上述行為。
7. 嫌犯以粗言穢語辱罵兩名正在執行職務的獄警，侵犯彼等的名

譽及人格尊嚴，並令彼等感到受辱。

8. 嫌犯明知不可仍以將侵犯被害獄警 C 的身體完整性及其家人的生命來威脅被害獄警 C，令被害獄警 C 產恐懼及不安。
9. 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

另外證明以下事實：

- 嫌犯現為無業，在另案被羈押前靠賭錢為生。
- 嫌犯未婚，需供養父親。
- 嫌犯學歷為初中畢業。
- 嫌犯部份承認被指控的事實。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯並非初犯。
- 嫌犯曾於 2021 年 1 月 30 日至 31 日因分別觸犯《刑法典》第 197 條第 1 款所規定及處罰的一項「盜竊罪」、《刑法典》第 197 條第 1 款結合第 198 條第 1 款 f 項所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」、《刑法典》第 197 條第 1 款結合第 198 條第 1 款 e 項及第 21 條、第 22 條所規定及處罰的一項「加重盜竊罪(未遂)」、《刑法典》第 197 條第 1 款結合第 198 條第 1 款 f 項所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」、《刑法典》第 197 條第 1 款結合第 198 條第 1 款 f 項所規定及處罰的一項「加重盜竊罪」、《刑法典》第 197 條第 1 款結合第 198 條第 1 款 e 項及第 21 條、第 22 條所規定及處罰的一項「加重盜竊罪(未遂)」，而於 2021 年 7 月 22 日被第 CR2-21-0133-PCC 號卷宗分別判處七個月徒刑、一年三個月徒刑、九個月徒刑、一年徒刑、一年徒刑及九個月徒刑，數罪並罰，合共判處三年九個月實際徒刑的單一刑罰。嫌犯不服裁判提出上訴，中級法院於 2021 年 9 月 17 日以簡易裁判駁回上訴。該案裁判於 2021 年 10 月 5 日轉為確定。

未獲證明的事實：

- 其他載於控訴書而與上述已證事實不符的重要事實，具體如下：

- 被害獄警 C 跟嫌犯表示否則會控告其「加重侮辱罪」。

三、法律部份

在其上訴理由中，嫌犯 A 認為：

- 上訴人在庭審中解釋有關侮辱性字句不是向被害人 B 說而只是向被害人 C 說。上訴人 A 質疑被害人 B 聲稱上訴人 A 與其及 C 當時有眼神接觸的說法，認為當時上訴人 A 在倉內，倉門窗口在門下方腿部位置，若兩人有眼神接觸被害人需跪下與上訴人 A 處同一水平，但此沒有發生，上訴人 A 主張當時兩人的視像角度不可能有眼神接觸，被害人 B 不可能看到上訴人 A 的視線。另外，證人 D 聲稱未聽到上訴人 A 提及被害人 B 的名字，也不確定上訴人 A 當時是向被害人 B 作出侮辱。上訴人 A 主張被害人 B 的證言存疑，不足以認定有關事實，被上訴判決的相關認定是存在明顯錯誤，因此指責被上訴判決存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所指“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵。

- 雖然本案是在紀律囚室發生，但不必然不能給予緩刑。上訴人 A 指出雖然其有犯罪前科，但屬財產性質犯罪與本案犯罪性質不同，而且其於案發後已作出自認，並向被害人 C 道歉，表示真心悔過，因此上訴人 A 認為僅對事實作出譴責並以監禁作威嚇已可適當及足以實現處罰之目的，主張被上訴的合議庭裁判不給予緩刑是違反了《刑法典》第 48 條之規定。

上訴理由明顯不能成立。

關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵，它是指對於原審法庭所認定的既證事實及未被其認定的事實，任何一個能閱讀原審判決書內容的人士在閱讀後，按照人們日常生活的經驗法則，均會認為原審法庭對案中爭議事實的審判結果屬明顯不合理，或法院從某一被視為認定的事實中得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤。

對於上訴法院來說，對此瑕疵是否存在的審查乃通過審查原審法院的事實認定的理由說明，尤其是從對構成心證所基於形成的證據的列舉以及衡量的過程的審查，確認是否存在違反證據規則以及一般經驗法則的情況。此外的事實認定，包括原審法院接納或不接納哪些證據並賴以形成其心證並認定事實是由法律所賦予的自由，一般情況下，這種心證是不能受到質疑。

從原審法院的理由說明部分的分析判斷中可見，被上訴判決是綜合審判聽證中所審查的證據，包括上訴人 A 之聲明、兩名被害人之證言、案中其餘證人的證言以及卷宗所載之翻看監控資料記錄及書證後形成心證，我們完全可以在被上訴判決的判案理由中清楚看到原審法院在認定事實方面的思路及邏輯依據，顯然，並不存在原審法院在評價證據方面明顯違反一般經驗法則及常理，以致讓一般人一看就可以察覺。相反，上訴人的上訴理由只是一味認為原審法院應採信其事實版本，而質疑原審法院對事實的認定，更多的只是上訴人 A 的個人意見和認定而已，因為，我們從原審法院的理由說明中看不出其事實的認定有一般人一看就會察覺的錯誤的存在。

那麼，上訴人只是以上訴的方式來質疑原審法院的心證，這明顯是法律所不容許的，是明顯不能成立的上訴理由。

關於緩刑上訴主張，我們知道，《刑法典》第 48 條規定的暫緩執行徒刑是單純以犯罪的特別預防及一般預防作為衡量標準的，在考慮是否予以緩刑時，必須考慮是否滿足了緩刑的形式前提及實質前提：形式前提是指不超逾 3 年的徒刑，而不可暫緩執行其他非剝奪自由刑，而實質前提是指法院必須整體考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節，以及因此而得出僅對事實作譴責並以監禁作威嚇是否可適當及足以實現處罰的目的的結論。

² 參見中級法院於 2014 年 4 月 3 日在第 602/2011 號上訴案件、於 2014 年 5 月 29 日在第 115/2014 號上訴案件等。

也就是說所，倘可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴，就可以考慮給予緩刑。

本文中，上訴人在庭上只是部份承認控罪，其否認對被害人 C 實施恐嚇罪及對被害人 B 實施加重侮辱罪，可見上訴人對自己的犯罪行為沒有真誠悔意。上訴人 A 是在監獄服刑期間且在違反獄規正被紀律收押的情況下(又稱釘倉期間)，對監獄管理人員作出本案的侮辱及恐嚇行為，情節極為惡劣，顯示其對監獄管理人員毫無尊重，亦反映其嚴重缺乏守法意識，未能在服刑中改善其偏差行為，特別預防的要求極高。況且，上訴人並非初犯，曾實施多項盜竊有關的犯罪而於第 CR2-21-0133-PCC 號中被判刑，且本案之犯罪是上訴人於監獄服刑期間發生。明顯地，上訴人根本從來沒有因服刑而汲取教訓，其再次犯案顯示出其完全無視本澳法律。我們實在難以合理地期待在本案再次僅對事實作譴責並以監禁作威嚇，可以足以實現處罰之目的，並使上訴人將來不再犯罪。相反，倘上訴人被判處的徒刑被暫緩執行，將會動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，尤其會予人錯覺，在澳門實施此類犯罪的後果不足掛齒，的確是不利整個社會安寧及秩序。

上訴理由全部明顯不能成立，予以駁回。

四、決定

綜上所述，中級法院裁判書製作人裁定上訴人 A 的上訴理由明顯不成立，予以駁回。

上訴人需支付本案訴訟費用，並且支付 4 個計算單位的司法費，以及支付《刑事訴訟法典》第 410 條第 3 款所規定的相同計算單位的懲罰性金額。

確定上訴人的委任辯護人的費用為 1500 澳門元，由上訴人支付。
澳門特別行政區，2022 年 11 月 30 日

蔡武彬 (裁判書製作人)